

PROCESSUALIDADES DO GOLPE DE ESTADO DE 1964

PROCESSUALITIES OF THE STATE OF 1964 COUP

Wanderson Fabio de Melo*
wfabiomelo@yahoo.com.br

RESUMO: O presente texto analisa o golpe de Estado de 1964 no Brasil que instaurou a ditadura civil-militar no país. Busca-se desvendar o seu sentido histórico. Ademais, localiza-se a produção historiográfica recente sobre o tema. As fontes são os textos produzidos por diversos sujeitos envolvidos diretamente nos acontecimentos, bem como parte da produção historiográfica. O procedimento metodológico é a análise imanente.

PALAVRAS-CHAVE: Golpe de 1964; Historiografia sobre 1964; Golpe empresarial-militar.

ABSTRACT: This paper analyzes the 1964 coup in Brazil that enabled the implementation of civil-military dictatorship in the country. The aim is to unveil its historical sense. Moreover, located the recent historiography on the subject. The sources are the texts produced by various persons directly involved in the events, as well as part of the historical production. The methodological procedure is the immanent analysis.

KEYWORDS: 1964 coup; Historiography of 1964; Corporate-military coup.

Introdução

O texto versa sobre o golpe de 1964 no Brasil, considera-se a participação dos empresários na sua elaboração e efetivação. Ademais, localiza-se o debate historiográfico acerca do tema em análise.

A reflexão justifica-se no contexto após 50 anos do golpe de Estado, no qual alguns intelectuais têm advogado a vertente historiográfica que tenta impor a memória conservadora do suposto “contragolpe” com vistas a “explicar” os acontecimentos de 1964. Argumentam-se que se vivenciava entre outros problemas: “caos administrativo”, “desinteresse na manutenção da institucionalidade democrática” nos diversos grupos políticos, “estratégia de confronto”, “radicalismo” sem bases de sustentação política, “golpismo à esquerda e à direita”. Tais posições levam à conformação de um discurso que responsabiliza as esquerdas pela ocorrência do golpe civil-militar. Acerca da necessidade de reflexão sobre a temática, José Paulo Netto observou:

*Doutor em História Social pela PUC-SP. Professor Adjunto na UFF/Campus de Rio das Ostras.

Cabe ressaltar que não desqualifica aqui a necessidade de estabelecer uma crítica rigorosa do comportamento das esquerdas no pré-64 – tal crítica é indispensável. Se, porém ela não for operada a partir de uma análise cuidadosa e honesta do efetivo processo sociopolítico e econômico que desenrolava a época, pode levar à conclusão – que, aliás, é a destilada por boa parcela de análises acadêmicas – de que os responsáveis pelo golpe de abril estão nas esquerdas. Ninguém duvida de que os erros das esquerdas pesaram na derrota de abril; mas creditar a elas a derrocada de 1964 é solidarizar-se com os promotores do golpe. (NETTO, 2004, p. 24)

Pode-se inferir que as interpretações que responsabilizam as esquerdas pelo golpe civil-militar de direita, em realidade, estão comprometidas com a teleologia dos vencedores de 64. Dificultam-se a compreensão das especificidades históricas, bem como a abrangência das disputas sociais, uma vez que os projetos e as estratégias não se equivaliam em suas respostas às alternativas para a sociedade. Além disso, deixam incompreendidas as motivações da ruptura institucional, os equívocos das esquerdas, o conteúdo da plataforma nacional-popular e os avanços e os limites dos movimentos sociais do pré-64.

As problemáticas desse texto estão articuladas em quatro eixos com o objetivo de responder as perguntas: a primeira, como se processava a forma de dominação no período entre 1946 a 1964? Segunda, no que consistia a plataforma nacional-popular nos anos 60 do século XX? Terceira, como se processou o engajamento do empresariado nas movimentações que levaram ao golpe de 64? Quarta, como tem sido interpretada a luta social por reformas estruturais no pré-64?

Sobre as fontes desta reflexão, consideram-se textos autobiográficos de vários protagonistas dos acontecimentos de 1964. No componente acerca do debate historiográfico, problematiza-se os escritos de diversos intelectuais que estudaram o tema. Em relação ao tratamento metodológico desses materiais, utiliza-se a análise crítica imanente, ou seja, o procedimento de investigação que pressupõe, por um lado, a análise interna dos discursos objetivando a compreensão, cuja função consiste em evidenciar a formação imanente para, a partir daí, demonstrar o significado dos diversos elementos envolvidos nas conjecturas. E, por outro lado, almeja-se contemplar a análise externa, explicativa, capaz de estabelecer relações com a esfera social.¹

Os limites da institucionalidade “democrática” do pré-64

¹ Acerca do procedimento da análise crítica imanente, conferir Lukács (1959).

Com o intuito de compreender o golpe de 1964, é importante verificar as tentativas de intervenções anteriores e observar os limites das instituições postas pela Constituição de 1946, que foram incapazes de assegurar a situação de normalidade pseudo-democrática.

A crise política brasileira e as ações dos golpistas vinham se arrastando desde os anos de 1950. Carlos Lacerda, político carioca influente da UDN (União Democrática Nacional), explicitava o golpismo ao afirmar no editorial da *Tribuna da Imprensa*: “O Sr. Getúlio Vargas senador, não deve ser candidato à presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar” (01/06/1950).

Ao contrário do propugnado pelo discurso lacerdista, Vargas foi candidato, venceu a eleição e assumiu a presidência da República. Entretanto, a oposição conservadora motivou inúmeras crises políticas que desaguaram nos acontecimentos de agosto de 1954, que levaram ao suicídio do presidente. Tal ação de Getúlio foi um visível ato para desarmar o golpe que se gestava naquele momento. Contudo, a crise política prosseguiu, visto que após as eleições presidenciais de 1955, setores militares da ESG (Escola Superior de Guerra), como o general Bizarria Mamede, além de políticos como Carlos Lacerda convocaram abertamente um golpe para evitar a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek.² Contudo, o rito previsto em Constituição foi garantido pelas intervenções dos militares liderados pelo general Teixeira Lott, estabelecendo-se o estado de sítio e a promoção da posse do candidato vitorioso nas urnas.

A crise institucional seguiu-se com as tentativas de golpe pelos militares da Aeronáutica, que permaneciam contrários à posse de Juscelino e se refugiaram na base aérea de Jacareacanga, em fevereiro de 1956, mas após alguns dias as forças legalistas mantiveram a situação sob controle. Em 1959, ocorreu outra revolta militar para depor o governo, aeronautas se posicionaram em Aragarças; no entanto, após 36 horas, os envolvidos fugiram do país.

Com a eleição de Jânio Quadros, em 1961, a crise política prosseguiu e o ato de sua renúncia, sete meses após a posse, fez aumentar a instabilidade. A renúncia de Jânio evidenciou intenções golpistas daquele presidente, na medida em que ele esperava que ocorressem manifestações sociais em defesa de sua continuidade, o que não se realizou.

Os ministros militares vetaram a posse do vice-presidente eleito João Goulart, também nomeado de Jango, que se encontrava em uma visita oficial à China. O governador

² Carlos Lacerda escreveu: “quem tem nas mãos a força capaz de decidir a questão. Basta que ouçam a voz do seu patriotismo e não a dos que falam em legalidade para entregar o Brasil a contraventores e criminosos dos pior dos crimes, que é o de enganar o povo com o dinheiro que lhe roubam” (Lacerda, 05/10/1955).

do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, organizou a Rede da Legalidade, passando a defender radicalmente a posse do presidente constitucional.

Contrários a posse do vice-presidente, os ministros militares de J. Quadros, com o apoio dos adversários de Jango no Congresso e das forças imperialistas,³ recusavam-se a aceitar o rito constitucional. Neste sentido, bateram-se pela implantação do parlamentarismo no país; esboçou-se uma “negociação” entre essas forças e Goulart, na qual previa a institucionalização do regime parlamentarista e a realização de um plebiscito sobre o modo de governo, quando de fato se escolheria entre as formas institucionais de parlamentarismo ou presidencialismo. Vale mencionar as tensões entre as forças militares e o representante da constitucionalidade, mesmo após o acordo da posse. Segundo Ernesto Geisel, militar responsável por recepcionar Goulart em Brasília,

houve naquela época alguns problemas com a Aeronáutica. Primeiro foi a “Operação Mosquito” cujo objetivo óbvio seria abater o avião. Depois quiseram impedir o pouso em Brasília, colocando tonéis na pista. Eu [Ernesto Geisel] reagi dizendo: “Não permito. Já que resolveram dar posse, ele toma posse. Vamos cumprir aquilo que nos comprometemos”. Fui ao aeroporto, de onde foram retirados os tonéis, e esperei o avião (*apud* D’ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 148)

A partir desse episódio, evidencia-se a indisposição de setores das Forças Armadas em cumprirem a Constituição, o acordo realizado e a aceitar a presidência de Jango. Como registrou Caio Navarro de Toledo, “o governo João Goulart nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe de Estado” (Toledo, 1993, p. 7).

Na campanha plebiscitária, as forças contrárias a Goulart se dividiram. O Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e o Ibad (Instituto Brasileiro da Ação Democrática), que organizavam o empresariado contra Jango, tiveram posições políticas diferentes. Segundo o líder *ipesiano* Jorge Oscar de Mello Flores:

Foi o único ponto em que nós, do Ipes, divergimos do Ibad. O Ibad, pela oposição sistemática ao governo, era contra o presidencialismo, o que Jango queria. Mas nós do Ipes achamos que, estrategicamente, era muito melhor o retorno ao presidencialismo. Era mais fácil derrubar o Jango nesse regime (*apud* D’ARAÚJO; FARIAS; HIPOLITO, 1998, p. 163).

Como se percebe, existia a disposição golpista declarada em derrubar o presidente constitucional por parte de camadas expressivas do empresariado.

³ É importante informar que neste texto não será tratado a participação dos Estados Unidos e suas operações de desestabilização do governo Goulart, embora concorda-se que a participação estadunidense tenha sido importante para o golpe de 1964.

Acerca das escaladas de golpe, o general Jayme Portella de Mello frisou que “64 é um movimento que nasce 10 anos antes de sua eclosão. Consolida-se depois, durante o esforço patriótico para impedir a posse de João Goulart” (1979, p. 5). Sendo assim, pelas sequências de intervenções visando à ruptura institucional, torna-se evidente o golpismo de forças conservadoras no meio empresarial, político e militar contra moldura institucional posta desde 1946.

João Goulart filiava-se às propostas de Getúlio Vargas. Durante o governo constitucional varguista, Goulart fora ministro do Trabalho e lutou, com o apoio dos sindicatos, pela aprovação do aumento de 100% no salário mínimo. Tal posição fez com que Jango entrasse no fogo cerrado das direitas brasileiras, capitaneadas pelos militares da ESG (Escola Superior de Guerra) e os liberais-conservadores da UDN. Contudo, o reajuste salarial foi concedido, mas as pressões políticas levaram o ministro Jango a pedir demissão.

Militares e civis que se opuseram a proposta argumentaram que Goulart pretendia a transformação do Brasil numa “República Sindicalista” e “que o aumento em 100% no salário mínimo tornaria o ganho de um operário do Distrito Federal equivalente a de um segundo-tenente” (DULLES, 1979, p. 185). Sendo assim, na visão dos coronéis, tal medida esvaziaria as Forças armadas de recrutas, diminuiria a influência social de toda a hierarquia militar. Nota-se que os militares brasileiros compreendiam que a política de salário valorizado implicaria na redução de seus poderes, prestígio social e privilégios numa sociedade profundamente desigual.

A ESG foi fundada em 1949 pelo general Cordeiro de Farias, tendo como referência a *National War College*, obteve ajuda dos coronéis Golbery do Couto e Silva e Jurandir Bizarria Mamede. Os militares da ESG opuseram abertamente ao governo constitucional de Vargas e elaboraram o “manifesto dos coronéis”, em fevereiro de 1954, documento conhecido assim devido às assinaturas de 42 coronéis e 39 tenente-coronéis, redigido pelo militar Golbery do Couto e Silva, lançado pouco antes do anúncio da proposta de aumento do salário mínimo defendido por Goulart.

Empresários nacionais e internacionais organizaram, no final da década de 1950, o Ibad que, de acordo com o trabalho de René Dreiffus, funcionara enquanto um “disseminador de ideias” e permitia aos “intelectuais orgânicos das classes empresariais estabelecer contatos políticos para mobilizar a contrarrevolução” (1981, p. 102). O Ipes passou a existir oficialmente em 29 de novembro de 1961 e desenvolveu ligações com a ESG, tendo em Golbery do Couto e Silva um de seus principais articuladores. O Ipes foi instituído como sociedade de estudos para elaboração de projetos contra as reformas sociais, as propostas das esquerdas e, além disso, divulgação propagandística dos trabalhos realizados no Instituto.

Ao relembrar as suas atividades o dirigente empresarial Mello Flores afirmou que

o Ibad era uma associação de empresários só com fins ideológicos refletindo-se eleitoralmente, isto é, o financiamento de campanhas que possuíam idéias anti-socialistas. Era meio ditatorial, comandado pelo Ivan Hasslocher. (*apud* D'ARAÚJO; FARIAS; HIPOLITO, 1998, p. 149).

Ao ressaltar a prática do Instituto, considerou que:

o Ibad era muito mais radical que o Ipês, embora as preocupações fossem semelhantes. Mas o Ibad era mais violento nas atitudes, mais ousado. No governo Jango houve uma comissão parlamentar de inquérito sobre as atividades do Ibad, e o instituto foi fechado. (Farias *apud* D'ARAÚJO; FARIAS; HIPOLITO, 1998, p. 149)

Deputados nacionalistas denunciaram o envolvimento do Ibad em crime eleitoral, ocorrendo o fechamento da instituição⁴. Porém, tal ação não coibiu as “ajudas financeiras” ao movimento para derrubar Goulart, uma vez que esses recursos foram transferidos para o Ipês. Neste sentido, vale destacar que no governo de Goulart, o complexo Ibad/Ipês catalisou a “elite orgânica” da classe dominante em oposição a João Goulart, que agiu de modo conspirativo e desestabilizador contra o governo.

A crise de 64 revela a convulsão da moldura institucional posta desde a Constituição de 1946, sobretudo pelas ações dos conservadores que haviam se expressado em 1954, 1955, 1956, 1959 e, especialmente, em 1961. O regime iniciado em 1946 foi incapaz de coadunar a forma constitucional à incorporação das reivindicações dos setores populares e os interesses dos segmentos dominantes brasileiros.

A constituição da forma de dominação burguesa no Brasil se fez de modo no qual pesaram as especificidades da formação capitalista entificada no país, que inviabilizou o tipo de dominação democrática autêntica. Ao invés disso, processou-se o modo de poder calcado na *autocracia burguesa institucionalizada*. De acordo com José Chasin, a problemática burguesa brasileira

deu forma institucional ao poder autocrático que lhe é próprio. A combinação de um aparato constitucional ao poder autocrático que lhe é próprio. A combinação de um aparato constitucional de feição e ingredientes liberais (Constituição de 46) com um amplo complexo legal destinado a “organizar”, controlar e reprimir o movimento operário em especial e o sindicalismo em geral. (2000, p. 129).

⁴ A esse respeito, conferir Dutra (1963).

A democracia da Constituição de 1946 não garantia o direito de voto aos adultos analfabetos, inviabilizava a reforma agrária aos camponeses, impedia a formação de coalizões de diferentes categorias de trabalhadores em central sindical e o Partido Comunista Brasileiro (PCB) estava na situação de ilegalidade. De modo que, a “democracia possível” de 1946 a 1964 se resumia, segundo Chasin, “na legalização, na institucionalização de sua insuperável negação da própria democracia” (2000, p. 132).

No momento em que a conspiração corria a solta nas Forças Armadas, nos governos estaduais e no meio empresarial, as associações patronais urbana e rural podiam se expressar livremente, inclusive defendendo a deposição do governo constitucional. Em concomitância, a participação dos trabalhadores por suas reivindicações era considerada enquanto marcha ao comunismo. A atuação dos trabalhadores na legalidade era interpretada como subversão. Assim sendo, pode-se afirmar que o contorno da dominação posta desde 1946 até 64 se processava na forma autocrática burguesa institucionalizada, que revelava uma “democracia” restrita, por não incorporar as demandas sociais do trabalho no plano social.

A intervenção golpista em 1964 pode ser compreendida no sentido, como salientou A. Rouquié, de “uma ruptura institucional que tinha por objetivo reconstruir sobre outras bases a organização estatal reforçando-a” (1984, p. 333). Portanto, uma intervenção por parte dos dominantes com vistas a prosseguir a existência da forma social na qual o Estado historicamente serve enquanto instrumento contra a emersão, na sociedade civil e política, de agências portadoras de vontades coletivas organizadas dos trabalhadores, de setores subalternos e de projetos societários alternativos.

A plataforma nacional-popular

Pode-se destacar que no início da década de 60 do século XX, o Brasil conheceu uma ascensão dos movimentos sociais contestatórios. De acordo com Jacob Gorender, “o período 1960-1964 marca *o ponto mais alto* das lutas dos trabalhadores brasileiros” (1987, p. 66). Verifica-se que os movimentos sociais saem às ruas por *Reformas de Base*, isto é, mobilizações populares exigindo reforma agrária, para democratizar o acesso a terra; reforma urbana, que limitasse os valores dos aluguéis e gerasse políticas no tratamento das favelas; reforma educacional, com vistas a ampliar a rede pública em todos os níveis do ensino; reforma universitária, objetivando entre outras medidas a produção nacional de ciência e tecnologia; reforma eleitoral, para garantir o direito à voto aos analfabetos; reforma tributária, com impostos progressivos; reforma administrativa, para atacar o burocratismo e a corrupção; reforma bancária, com o objetivo de proporcionar créditos e

financiamentos com “juros normais”; e, por fim, a lei de remessa de lucros, com o intuito de se tirar o Brasil da exploração das empresas internacionais e da situação de dependência dos países imperialistas.

Vale dizer que no processo de objetivação das *Reformas de base* no pré-64, estavam em jogo estas questões decisivas, inscritas na plataforma econômica de estatuto nacional e popular, para além do meramente nacional-estatismo. Uma vez que se brandia pela extensão da democracia no sentido de se incorporar os populares no progresso social. Construía-se uma alternativa democrática com forte apoio de massas. De certo modo, esse foi o cerne do trabalhismo nacional-popular que apoiado amplamente nas camadas subalternas organizadas, buscava integrar a maioria do povo democraticamente num mercado interno ampliado. Por essa razão, sentindo-se ameaçados em seu poder exclusivista, os proprietários brasileiros e imperialistas se valeram de todos os recursos a fim de derrubar a plataforma nacional popular.

Cabe ressaltar que esse projeto não se assemelhava ao comunismo, não realizava o ataque frontal a propriedade privada. Ao contrário, buscava-se a ampliação do mercado interno e a democratização da propriedade. Nesse passo, a proposta de reforma agrária de Jango, o ponto principal das discórdias no pré-64 – sobretudo com os políticos do PSD (Partido Social Democrático) – de acordo com Darcy Ribeiro,

era de que a terra estava demasiadamente concentrada em muito poucas mãos, inclusive às suas. Ele dizia: com uma parcela do que detemos, será possível assentar 10 milhões de famílias como pequenos proprietários. Com mais proprietários, a propriedade estará difundida e defendida. Inclusive o capitalismo se viabilizará (1998, p. 319).

Desse modo, para além da ameaça real da transformação da sociedade capitalista brasileira na década de 60 em uma sociedade comunista, o que os conservadores se contrapunham veementemente era à movimentação social articulada em torno de uma plataforma nacional e popular. Nas cidades, o movimento operário-estudantil clamava por alternativas reais sob a bandeira das *Reformas de base*; no campo, as movimentações de trabalhadores rurais com ocupações de terras exigiam a imediata divisão dos latifúndios, a democratização da posse e da propriedade da terra. Segundo Rago Filho:

“Reforma agrária, na lei ou na marra”! As vozes rurais ecoavam já no ar congestionado das cidades. “Liberdade e autonomia sindical”, reivindicavam as lideranças sindicais no CGT - Comando Geral dos Trabalhadores surgido nas greves e que se transformava numa verdadeira Central - sob orientação de trabalhistas de esquerda e comunistas. Bandeiras que já ultrapassavam as próprias categorias e sua órbita corporativista, para se transformarem em bandeiras nacionais, como a Lei de Remessa de Lucros, o controle do capital estrangeiro e, a ameaça

possível, da encampação das empresas estrangeiras presentes no Brasil. (1998, p. 101)

Entretanto, pode-se falar em situação revolucionária, ou pré-revolucionária no pré-64? Deve-se reconhecer a ascensão das forças sociais subalternas contestadoras, mas em tal situação não se colocava a dualidade de poderes para se atestar o momento de pré-revolução. Diferentemente, o que se conheceu foram encaminhamentos no sentido de ampliar a democracia restrita por meio do movimento de massas e na extensão da legalidade. Fortalecia-se a organização política dos trabalhadores, por meio da formação do CGT, dos estudantes com a UNE (União Nacional dos Estudantes) e a Ubes (União Brasileira de Estudantes Secundaristas), e dos camponeses com as ligas e dos sindicatos de trabalhadores rurais pelo país. Com a evolução das lutas sociais colocava-se também a Frente de Mobilização Popular (FMP), unindo diferentes movimentos sociais e a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) no Congresso, proponente e defensora de medidas anti-imperialistas.

Deve-se destacar os limites das esquerdas do pré-64, a dependência em relação ao comando de João Goulart. Mesmo os mais “radicais” não ousaram avançar em uma atuação autônoma, visto que as direções das esquerdas foram ocupadas por políticos com postos na institucionalidade, ou por forças caudatárias a eles. Sendo assim, bastou o deslocamento militar da posição de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro para por fim ao governo. Ao invés da resistência ao golpe, ocorreu a omissão e, por consequência, a derrota de João Goulart, da moldura legal posta pela Constituição de 1946 e da plataforma nacional-popular.

As composições golpistas e os apoios

No intuito de desvendar as formas da conspiração, ou da desestabilização empreendidas pelos golpistas, deve-se apreciar as afirmações dos envolvidos nos acontecimentos. O general Cordeiro de Farias, que teve grande participação na derrubada de Goulart, afirmou:

Mas creio que podemos situar o início da conspiração, como atividade política realmente organizada, no momento em que Jango recuperou todos os poderes, após o plebiscito que restaurou o presidencialismo. Isto é, em janeiro de 1963, 14 meses portanto antes da Revolução. A partir desse momento, senti-me desobrigado de qualquer eventual compromisso com o governo. Ele, por sua vez, continuou sem tomar conhecimento de mim. Eu era o oficial mais antigo de todas as forças. Em disponibilidade, podia viajar tranqüilamente. Como não me deram função, *passei a me dedicar à conspiração em tempo integral*. Repito que não conspiramos durante o

primeiro ano do governo de Jango. Ele não governava o país. Foi no período presidencialista que começou a tomar atitudes que ameaçavam levar o país para outros caminhos. (*apud* GÓES; CAMARGO, 1981, p. 543)

Acerca do início de seus atos, Cordeiro de Farias informou que foi procurado pelo governador de São Paulo, Adhemar de Barros que lhe deu condições para trabalhar na “conspiração”, visto que a partir da Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo, “recebia instruções para me dirigir a um dado endereço: casas de família onde se faziam reuniões com empresários, líderes do movimento feminino” (*apud* GÓES; CAMARGO, 1981, p. 546), nas quais ganhava farto “apoio material e moral” (*apud* GÓES; CAMARGO, 1981, p. 547).

Entre os empresários que financiavam o movimento, segundo o general,

havia muitos adversários de Adhemar. Vou tentar lembrar os nomes de alguns empresários: Júlio Mesquita, Francisco Matarazzo Sobrinho, Toledo Pizza, Quartim Barbosa, Moraes e Barros, Abreu Sodré. É impossível lembrar de todos. Muitos deles tinham horror a Adhemar, e eu fui uma balança em meio aos grupos. Reuni os contrários, pois a causa era comum (Farias *apud* GÓES; CAMARGO, 1981, p.552).

Ao prosseguir no assunto do financiamento das movimentações, Cordeiro de Farias disse:

Nós recebíamos dinheiro de São Paulo – doações, contribuições dos empresários – e o repassávamos aos conspiradores que viajavam para fazer contatos nos estados. As fontes principais de contatos eram duas: o governador Adhemar de Barros e o jornal *O Estado de S. Paulo*, através de Júlio de Mesquita (*apud* GÓES; CAMARGO, 1981, p. 553).

É possível perceber que o general atuava no sentido de amalgamar as diversas frações do empresariado paulista, que aderiram material e politicamente à “conspiração”. Tais contribuições serviram para desestabilizar o governo Goulart e a institucionalidade jurídica. Ademais, pode-se notar que o esforço da busca de apoio civil pelos conspiradores foi um dos resultados tirados como lição do golpe frustrado de 1961. Daí o esforço dos conspiradores em buscar apoio social aos seus intentos.

Ernesto Geisel, em seu depoimento biográfico, mencionou o andamento da “conspiração” após a derrota do parlamentarismo no plebiscito

conversávamos muito: meu irmão [Orlando Geisel], meus colegas, [Antonio Carlos] Muricy, Ulhoa Cintra, Cordeiro [de Farias], Sizeno [Sarmiento] e muitos mais aqui no Rio [de Janeiro]. E nos estados havia muitos contatos. Tínhamos uma ideia comum, mas não creio que houvesse uma atuação

planejada. Mamede, no comando da Escola de Estado-Maior, estava envolvido. Golbery atuava num quadro maior, junto ao empresariado. Lacerda, no meio civil, também estava engajado. O movimento estava mais concentrado na área do Rio de Janeiro, com ramificações em Minas [Gerais], São Paulo, Rio Grande [do Sul] e Paraná (*apud* D'ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 149).

Segundo a fala de Geisel, a “conspiração” se fortaleceu após a fase presidencialista de Jango, quando se buscou as ramificações com o empresariado e os governadores que se opunham ao presidente. Entretanto, não foi constituída uma direção unificada para o movimento, de modo que, os trabalhos conspirativos ocorriam sem o comando unificado das ações.

Ao refletir sobre a importância do Ipes na disputa social, Mello Flores mencionou que a organização foi o “centro de orientação da opinião pública, indiscutivelmente. Orientação no sentido de apoiar a derrubada do governo João Goulart. O fracasso de 61 ajudou muito. Ali percebemos a importância de trabalhar a opinião pública.” (*apud* D'ARAÚJO; FARIAS; HIPOLITO, 1998, p. 172). Além da função de sociedade de estudos de divulgação da propaganda anti-Goulart, o Ipes desempenhou papel intelectual e material basilar na formação da Camde (Campanha da Mulher Democrática)⁵, articulação feminina aguerrida na oposição às reivindicações progressistas e aos líderes das esquerdas, sua base principal eram as mulheres das classes privilegiadas, religiosas da Igreja Católica animadas por padres conservadores, em suas ações destacava o anticomunismo.

Nas Forças Armadas, o general Odylio Denys representava o setor mais refratário a João Goulart, reverberando o anticomunismo, o militar conspirou contra a sua posse, sob a argumentação de ilegalidade do Partido Comunista, mencionou que a:

Constituição Federal, contém uma norma de defesa do regime democrático instituído no texto constitucional [a posse do vice-presidente eleito], mas contém, de outro lado, uma norma de inelegibilidade. Portanto, se o comunista não pode candidatar-se, é porque ele é *inelegível*. Se ele é inelegível, não pode permanecer no cargo, se acaso conseguiu candidatar-se e eleger-se, como se deu com Goulart. (Denys, 1980, p.80)

O PCB havia apoiado a chapa de Teixeira Lott e João Goulart. Lott foi derrotado por Jânio Quadros, mas Goulart venceu a escolha para a vice-presidência, conforme o regimento eleitoral que previa eleição para presidente e para vice de forma separada. Nota-se o sentido de exploração do anticomunismo contra Jango, visava-se justificar a intervenção contra o comunismo no episódio de 1961. Impedir a posse do vice-presidente eleito, no discurso

⁵ Sobre essa questão, conferir Flores (*apud* D'ARAÚJO; FARIAS; HIPOLITO, 1998, p. 172-173).

golpista, representava garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem no país. Nessa direção, o combate ao comunismo se tornará uma urgência histórica, uma vez que "findo o parlamentarismo, passou o governo a marchar a toque de caixa para sua meta - o regime sindical" (Denys, 1980, p. 100). Com o intuito de evitar o golpe comunista de Goulart, o general se engajou na "conspiração preventiva":

Fiz metodicamente as articulações, abrangendo as guarnições militares para um levante geral, de Norte a Sul do País, com o valioso concurso de alguns governadores de Estado, entre os quais é de justiça salientar o general Luís Cavalcante, de Alagoas, Magalhães Pinto, de Minas Gerais, Adhemar de Barros, de São Paulo, e Hildo Meneguetti, do Rio Grande do Sul (...) felizmente, todo mundo acabou vendo que nós é que estávamos defendendo a legalidade, pois queríamos manter o regime democrático vigente no País, em desacordo com o governo constituído, que com um golpe de Estado ia implantar nele a revolução marxista, instituindo o regime sindicalista. (Denys, 1980, p. 103)

Nota-se que a "legalidade" propugnada pelo general Denys contra o "regime sindicalista" de Goulart se fez a partir da afluência dos governadores de oposição ao presidente, que também compunha a parte civil golpista. O componente do anticomunismo foi utilizado para alinhar militares, governadores e empresários no pré-64.

No tocante da importância do anticomunismo na deflagração de 64, cabe destacar o apontamento de Heloísa Starlin, que estudou a especificidade do golpe em Minas Gerais e o bloco dos conservadores

No caso do IPES-MG, esse manteve-se como um centro estratégico e ideológico de poder empresarial, um "estado-maior empresarial fechado", evidenciando o fato de que os grupos conservadores mineiros não forma, efetivamente, agregados à sua estrutura formal de decisão. Na verdade - e este parece ter sido o principal problema - o que unificava esses grupos não era, certamente, o projeto de classe do setor multinacional-associado, e sim o seu posicionamento anticomunista. Dessa forma, os grupos mineiros conservadores, desde que unificados em uma organização política eficaz, poderiam constituir urna formidável frente oposicionista ao governo Goulart, o que em momento algum traduzia, de modo automático, sua adesão ao projeto de reordenação capitalista dirigido pela "elite empresarial". (STARLING, 1986, p. 81)

Sendo assim, é possível notar a heterogeneidade do bloco golpista em Minas Gerais, entretanto vale registrar a direção exercida pelo empresariado mineiro na efetivação do processo a partir da bandeira do anticomunismo, que solidificava a aliança das forças conservadoras.

O ativo membro do Ipes de São Paulo à época, o professor Antonio Delfim Netto declarou:

Eu estou convencido de que 64 foi um movimento popular. Na verdade, o que se chama de revolução [de 1964] era o povo na rua exigindo governo; que os militares tomassem o poder. Porque ninguém mais aguentava a esculhambação que o governo Jango atingiu (*apud* COUTO, 1999, p. 134).

Sobre as adesões sociais ao golpe de Estado, o historiador Daniel Aarão Reis mencionou que os apoios foram “extensos e consistentes” na “sociedade brasileira”. Para solidificar os seus argumentos, Aarão Reis menciona as Marchas com Deus pela Liberdade, nas quais

Milhões marcharam. Quinhentas mil pessoas em São Paulo, antes do golpe, em 19 de março de 1964. Um milhão no Rio de Janeiro, em 2 de abril, na então chamada Marcha da Vitória. Depois, mais dezenas de milhares. Marcharam as gentes até setembro de 1964. Não houve cidade grande que não tivesse a sua marcha, sem contar muitas cidades médias e pequenas (2010, p. 173).⁶

Em oposição a essa visão, o historiador Demian Melo chamou a atenção para a necessidade de se problematizar a caracterização de apoio da “sociedade”, uma vez que não se deve tomá-la como “algo coisificado e homogêneo. Essa reificação da sociedade (...) nada mais faz que reabilitar a mitologia criada por aqueles que assaltaram o poder em 1964, segundo a qual a intervenção militar se fez por exigência do povo brasileiro” (2014, p. 168).

Ao apontar a necessidade de qualificar a adesão civil na operação de 64, obriga-se a consideração das classes sociais, assim como procedeu René Dreiffus:

um exame mais cuidadoso desses civis indica que a maioria esmagadora dos principais técnicos em cargos burocráticos deveria (em decorrência de suas fortes ligações industriais e bancárias) ser chamada mais precisamente de empresários, ou, na melhor das hipóteses, de tecno-empresários (1981, p. 417).

Torna-se importante destacar que os apoiadores do golpe pertenciam aos estratos sociais proprietários. O embaixador estadunidense Lincoln Gordon, atuante ao lado do golpismo contra Goulart, percebeu a falta de apoio popular ao movimento, conforme relatou

⁶ Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes corroboram essa posição de que houve “apoio contundente da população” (2014, p. 15) ao golpe. As *Marchas* seriam “expressivas em quantidade de pessoas” (2014, p. 305). No final do trabalho, registraram que um dos pontos principais a ser considerado sobre o período “é o reconhecimento que houve apoio da sociedade ao golpe de 64” (2014, p. 389).

a Washington no telegrama de 2 de abril de 1964: “A única nota destoante foi a evidente limitada participação das classes mais baixas na marcha”. O coronel Vernon Walter também frisou que, até a realização das passeatas, havia um receio de que o movimento para derrubar João Goulart fracasse por falta de apoio popular.

O historiador Luiz Antonio Dias analisou os dados de uma pesquisa Ibope realizada em março de 1964, que expunha altos índices de popularidade do presidente Goulart e suas propostas. Segundo o professor, a pesquisa

revelava amplo apoio à reforma agrária, com um índice superior a 70% em algumas capitais. A outra, realizada em São Paulo a pedido da Fecomercio na semana anterior ao golpe, apontava que 72% da população aprovava o governo Jango. Entre os mais pobres a popularidade alcançava 86%. Esse mesmo estudo revela que 55% dos paulistanos consideravam as medidas anunciadas por Goulart no Comício da Central do Brasil, em 13 de março, como de real interesse para o povo. Mas o acervo doado pelo Ibope é muito maior. Coletei mais de 500 páginas de pesquisas feitas entre 1961 e 1965 a revelar a dimensão do apoio popular a Jango e como ele tinha grandes chances de vitória caso disputasse as eleições (*apud* Martins, 2013).

Indagado sobre o apoio ao presidente, Dias informou:

Em junho de 1963, Jango era aprovado por 66% da população de São Paulo, desempenho superior ao do governador Adhemar de Barros (59%) e do prefeito Prestes Maia (38%). Além disso, uma pesquisa eleitoral realizada em março de 1964 revela que, caso fosse candidato no ano seguinte, Goulart teria mais da metade das intenções de voto na maioria das capitais pesquisadas. Apenas em Fortaleza e Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek tinha percentuais maiores (*apud* Martins, 2013).

Diante do exposto, o exercício a ser feito não deve ser o meramente constatar o “apoio social” expressos nos números de integrante das marchas, sobretudo após a vitória dos golpistas. A questão é qualificar que setores da iniciativa privada, conservadores, mulheres das classes privilegiadas e clero da Igreja Católica foram às ruas contra Goulart. Em outras palavras, deve-se perceber a composição do bloco civil-empresarial no golpe. Ademais, observar o que se processou no momento no qual o presidente Jango desfrutava de imenso apoio popular.

O golpe empresarial-militar

Em 31 de março começa a mobilização das tropas saindo de Juiz de Fora contra Goulart e, em 1º de abril de 1964, o presidente é deposto, ficando a presidência da República nas mãos do “Comando Supremo da Revolução”.

As oposições em relação às propostas de João Goulart e a crescente ascensão social eram múltiplas, mas as lideranças eram compostas por políticos profissionais, empresários e militares. De acordo com Mário Henrique Simonsen, intelectual ativista no Ipes do Rio de Janeiro, existia a visão de que

cabia às Forças Armadas algum papel tutor sobre o movimento civil (...) É bom lembrar que alguns partidos, a começar pela própria UDN, eram abertamente favoráveis a chamar os militares para intervir. (...) Segundo lugar, isso foi uma reação grande contra os desmandos do governo João Goulart. Não que o João Goulart fosse comunista, não que fosse subversivo. Mas, realmente, foi um governo desastroso e que se baseava numa série de alianças com a esquerda (...). Então, realmente houve o movimento de 64, que foi um movimento com essas duas origens. Tanto como uma reação contra o que no governo Goulart quanto cristalizando, de alguma forma, uma tendência de intervenção militar (*apud* COUTO, 1999, p. 339).

Desse modo, os insucessos eleitorais das direitas, as medidas do governo em direção às esquerdas e as mobilizações populares da primeira metade dos anos 60 do século XX levaram o empresariado a concordar com a intromissão dos militares na política por meio da ruptura institucional, em uma articulação com civis.

Roberto Campos demissionário da embaixada brasileira em Washington, no mês de janeiro de 1964, comentou a queda do governo Goulart

O Brasil sofreu, durante um curto mas tormentoso período, a amarga experiência de radicalização de atitudes políticas que nos estavam conduzindo ao imobilismo administrativo, à inflação desenfreada, ao retrocesso econômico e à perda de substância das instituições democráticas (1965, p. 36).

Percebe-se que para Campos, o “caos” instaurado por Jango deveu-se às pressões políticas que prejudicaram a condução da economia, degenerando a liberal-democracia. A responsabilidade na fragilização das instituições é atribuída aos atos presidenciais, ao invés do movimento conspiratório das direitas em franca ação nas campanhas desestabilizadoras.

Com o intuito de registrar a cronologia do “caos” janguista, Campos elencou

sua atitude frouxa e adulatória em relação aos sindicalistas e o encorajamento de greves como fator de mobilização popular transformaram a república sindicalista em anarquia sindical. O famoso comício de 13 de março, em que foram desapropriadas as refinarias privadas, e foi decretada a desapropriação de terras marginais às ferrovias e rodovias, provocou a desconfiança da classe média e dos ruralistas. A tolerância em relação aos marinheiros rebelados em 25 de março, e o discurso aos sargentos em 30 de março, tocaram no ponto mais sensível do dispositivo militar – a disciplina hierárquica (1994, p. 543).

Desse modo, a greve dos sargentos em 1963, dos marinheiros e dos fuzileiros navais em março de 1964 representaram para as classes dominantes a quebra na hierarquia estatal. Ademais, o comício das *Reformas de base*, com 350 mil pessoas, na Central do Brasil, especialmente os atos de assinar medidas de reforma agrária e reforma urbana, fizeram com que os setores golpistas civis e militares passassem a efetivar a conspiração e a impetrar o golpe de Estado.

Torna-se importante observar que não havia uma linha programática evidente e unificada entre os golpistas. Em abril de 1964, para vários das lideranças militares a questão imediata seria retirar Goulart do poder e fazer a “limpeza” das instituições removendo os elementos das esquerdas.

Na visão anticomunista de Odílio Denys, a "Revolução de 1964 /.../ era uma *contrarrevolução* para evitar a revolução marxista, que ia ser imposta pelo Governo João Goulart, com seu golpe de Estado" (1980, p. 133-134).

O coronel Jarbas Passarinho externou a sua conceituação da "Revolução de 1964", afirmando que

O movimento cívico-eclesiástico-militar de Março de 1964 foi rigorosamente uma ação *anti* nos dois planos, o da subversão e o da corrupção.(...) Para o Exército, a cujo quadro de Oficiais de Estado-Maior eu pertencia, o perigo mais sério seria o dos comunistas, graças ao clima da Guerra Fria e à expansão do Movimento Comunista Internacionalista. (...) Ademais, em face da experiência traumática de 1935, o inimigo por nós considerado era o PCB, que lutava inclusive ostensivamente pela sua legalização, e dominava a maior central operária de então, o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores). (...) Dizer que o perigo era inexistente, seria tolice (1996, p. 298).

Em sua perspectiva, o militar remata: “classifico o *golpe de Estado* de 1964 como a *contra-revolução*” (PASSARINHO, 1996, p. 298), uma vez que

em março de 1964, o detonador da *Contrarrevolução* foi a preocupação com a bazófia de Leonel Brizola, o *receio das reformas de base*, o namoro do PCB com Jango, na linha golpista, os motins de sargentos em Brasília, e dos marinheiros no Rio (1996, p. 308)

É possível perceber nas visões de Denys e Passarinho o anticomunismo visceral presente nos militares especialmente após 1935. Contudo, os militares anticomunistas não portavam as instruções a ser realizadas no governo pós-golpe.

O general Carlos de Meira Mattos nos informa que “o pensamento era tirar o João Goulart, mais nada ... não sabíamos bem o que fazer depois”. (*apud* D’ARAÚJO; CASTRO; SOARES; 1994, p. 108-9) Seguindo essa mesma linha, o general Leônidas Pires, que servia no Estado-Maior do Exército junto com Castello, afirmou: “a revolução não tinha nem ideário. O ideário veio depois” (*apud* D’ARAÚJO; CASTRO; SOARES; 1994, p. 129). Ainda, sobre o plano da conspiração, José Coelho Netto, na época major na Escola de Comando e Estado-Maior de Exército, afirmou: “plano de governo eu nunca vi. O problema era tirar o homem, mudar o governo, por um homem decente na presidência, e ele, com a gente escolhida, faria um plano para tocar o país” (*apud* D’ARAÚJO; CASTRO; SOARES; 1994, p. 191). Segundo o militar Gustavo Reis, que em 1964 era tenente-coronel e servia na Divisão Blindada,

a Revolução não tinha projeto. É pura verdade /.../ a falta de uma ideologia e de um projeto, inicialmente deixou todos perplexos. Todos! Depois da posse do Castello, o Roberto Campos e o Bulhões esboçaram um plano de combate a inflação e de desenvolvimento”. (*apud* D’ARAÚJO; CASTRO; SOARES; 1994, p. 59)

Desse modo, observa-se que as propostas da contrarrevolução vieram somente após a vitória do movimento. Os civis golpistas passam a trabalhar em sua elaboração. No entendimento do sociólogo e ex-militante Herbert de Souza, Betinho, os militares no golpe de 64 não tinham projeto econômico:

na verdade muitos desse militares nem sabiam para que estavam dando o golpe; pensaram que era contra a corrupção, a inflação e o comunismo, simplesmente isso. Mas, quando deram o golpe, o primeiro ministro da economia passou a se chamar Roberto Campos. E este, sim, sabia o que era o golpe. Ele tinha toda a formulação do que iria fazer, *manu militari*, na sua pasta, que era importante e cheias de interesses (1994, p. 237-238).

A indicação de Campos para o ministério do Planejamento deu-se também com o apoio do Ipes e do jornalista Júlio de Mesquita Filho, editor do jornal *O Estado de S. Paulo*, assíduos conspiradores⁷.

A nomeação de Roberto Campos para o planejamento contou com o aval do ministro da Fazenda Octávio de Gouvêa Bulhões, que fora posto na função ainda no período do Comando Revolucionário, apoiado pelos militares ligados à Costa e Silva. O Ministério do Planejamento seria uma imposição do bloco castelista em relação a Costa e Silva, que nomeara Bulhões. Este último discordava da criação do ministério do Planejamento, embora, por se tratar da figura de Campos para ocupar as funções, Bulhões retirou sua objeção, uma vez que os dois estavam alinhados às mesmas propostas.

Vitoriosos, os militares instauraram no poder o Comando Supremo da Revolução, composto pelos militares: general Costa e Silva, almirante Rademaker e brigadeiro Correia de Melo, do qual o primeiro era o chefe virtual e dominava o país. Entretanto, os empresários ativos na conspiração articularam a candidatura de Castello Branco, o líder banqueiro Jorge Oscar de Mello Flores comentou a indicação

eu perguntei ao Golberi: “que tal se eu lançar o nome do Castelo?” Ele respondeu: “Acho que faz muito bem”. Eu insisti: “Não pode ter uma conotação desfavorável ele ser lançado pelo poder econômico?” O Golberi respondeu: “Não. A confusão está grande, há muitos generais candidatos e quem for lançado mais cedo levará vantagem”. Redigi, então, uma moção: as classes empresariais agradeciam às Forças Armadas por terem resolvido o problema de forma tranquila e lançava o nome do Castello para presidente da República. ... Chamei o Lair Bessa, contei a história e pedi: “fique sentado desde já num lugar na primeira fila, em frente à minha cadeira. Vou tirar o nome do Castello e vou substituir pela menção aos atributos que deve ter o presidente. Quando estiver falando, eu paro e olho para você. Você se levanta e lança o Castello”. ... aconteceu tudo que eu planejei ... a aclamação da assembléia foi absoluta! (*apud* D'ARAÚJO; FARIAS; HIPOLITO, 1998, p. 186-7).

Sendo assim, é possível inferir a dominância do setor civil-empresarial no estabelecimento da ditadura brasileira, visto que na presidência foi alçado Castello Branco, o preferido dos setores capitalistas, contra a vontade de grupos militares que também foram relevantes no golpe, que preferiam Costa e Silva, que no início de abril se portava como o chefe do Estado. Portanto, torna-se possível identificar as movimentações de 1964 enquanto um golpe empresarial-militar.

⁷ A esse respeito, conferir Flores (*apud* D'ARAÚJO; FARIAS; HIPOLITO, 1998, p. 187-8) e Lacerda (1978, p. 301).

O politicismo institucionalista e o problema das reformas estruturais

Tem sido muito presente na reflexão acadêmica as postulações que atribuem a responsabilidade do golpe aos atos “radicais” de João Goulart. Tais visões enfatizam que Jango teria realizado cálculos políticos equivocados dos conflitos que resultaram na irresolução constante do plano decisório do governo. O cientista político Wanderley Guilherme dos Santos considerou que as propostas goulartianas “requeriam complicadas alterações na Constituição de 1946, impossível sem a sustentação de sólida maioria parlamentar” (2003, p. 306). Ao invés do jogo político com os deputados, Jango teria preferido conservar a liderança esquerdista, o que o levou a uma relação de embate com o Congresso. Nesse passo,

A mal-articulada reação do executivo à desordem parlamentar conduziu, em última análise, ao caos administrativo. Como consequência, o sistema político brasileiro congelou-se, daí se seguindo a paralisia decisória (1986, p. 134).

Na medida em que enfatiza o “caos administrativo” e a “paralisia decisória” tomando como referência as instituições sem problematizá-las, W. Guilherme dos Santos enfatizou o politicismo institucional, ao mesmo tempo em que não reconheceu a potência das reformas estruturais. Nessa direção, concluiu: “A radicalização doutrinária, creio, é um mau caminho para se atingir a meta do desenvolvimento social” (1986, p. 137).

Portanto, evidencia-se o posicionamento de inconveniência das reivindicações por reformas estruturais apoiadas nos movimentos sociais. Inaugura-se, desse modo, a interpretação politicista institucional para explicar o golpe de Estado ocorrido em 1964. O filósofo J. Chasin foi um crítico das análises politicistas acerca da formação brasileira, uma vez que “Politizar é tomar e compreender a totalidade do real exclusivamente pela sua dimensão política e, ao limite mais pobre, apenas de seu lado político-institucional” (2000, p. 123); no caso da posição de Guilherme dos Santos sobre 64, deve-se frisar a centralidade da política das instituições numa visão conjuntural enquanto meio de explicar a ruptura institucional levada pelos militares.

Angelina Figueiredo prosseguiu essa interpretação sobre o golpe. A “estratégia de confronto” (1993, p. 156) da esquerda radical liderada por Leonel Brizola em direção às mobilizações populares teria impossibilitado os acordos e as barganhas políticas. A “guinada esquerdista” de Jango, a insistência nas reformas, sem a base parlamentar suficiente, e a ameaça de decretação do Estado de Sítio teriam “reduzido os custos” para que os conservadores “rompessem as regras democráticas” (1993, p. 169). Enfatizando a importância da institucionalidade, Figueiredo destacou:

A razão porque uma solução negociada ainda era necessária devia-se ao fato de que o Congresso mantinha uma maioria conservadora. Dessa forma, a superação das graves dificuldades econômicas por que passava o país e a implementação de políticas redistributivas e reformistas eficazes, dentro do quadro institucional democrático, dependiam da capacidade de negociação dos partidos pró-reformas no sentido de formar uma coalização parlamentar vencedora (1993, p. 90).

Deve-se considerar que parte significativa da população não estava representada no Congresso, uma vez que não se possibilitava o voto ao analfabeto, de modo que a autorreforma da autocracia burguesa institucionalizada sem a pressão social era algo impossível. Ademais, vale destacar que as esquerdas expressivas socialmente não se colocavam contra a democracia. O PCB, desde o seu congresso de 1958, propugnava a etapa democrática para o país. No governo Goulart os juristas João Mangabeira, Evandro Lins e Silva e San Thiago Dantas se destacavam na operação da legalidade; ao contrário das várias lideranças políticas da UDN no Congresso, que se envolveram em episódios golpistas. Portanto, é incorreto dizer, referindo-se às esquerdas, que não aceitavam a incerteza inerente às regras democráticas.

O historiador Jorge Ferreira, em consonância a Figueiredo, também se destaca por defender a tese de que o golpe ocorreu como resultado da “estratégia de confronto” mal-sucedida realizada pelas esquerdas. Segundo Ferreira, “tanto os conservadores quanto as esquerdas escolheram como estratégia o confronto” (2008, p. 376). Contudo, pode-se apontar vários atos dos direitistas no movimento de romper a ordem institucional, mas qual o ato das esquerdas nessa direção? O que é tomado como sinal de ruptura da institucionalidade pelo governo Goulart foi a proposta de Estado de Sítio, mas tal propugnação foi amplamente recusada pelos governadores Miguel Arraes, Brizola, sindicalistas do CGT e os movimentos sociais, intento logo abandonado por Goulart.

Para Daniel Aarão Reis, as esquerdas obtiveram sucessos quando a luta “travara-se em defesa da ordem legal” (2014, p. 32). Entretanto, no percurso “esquerdista” entre 1961 a 1964, “a posição defensiva, de defesa da legalidade metamorfoseara-se em posição ofensiva, e, se fosse o caso, contra a lei” (REIS, 2004, p. 36).

Acerca da intransigência das esquerdas, Ferreira afirmou: “o PTB não aceitou negociar” (2008, p. 359). De modo que, “prevaleceu a ala radical do partido que recusou qualquer negociação com os pedessistas” (2008, p. 369). O autor realçou a possibilidade da negociação parlamentar e desacreditou as propostas de reformas estruturais, ao mesmo tempo desconsiderou todas as negociações como o parlamentarismo, as articulações para os ministérios do governo Goulart, entre outras medidas. Pois, se os trabalhadores, camponeses e jovens brigavam por mudanças estruturais no período era exatamente porque a moldura institucional não incorporava as suas demandas sócio-políticas. A UDN e o PSD, maioria no

Congresso, representavam as forças sociais comprometidas com os seguimentos dominantes, portanto recusavam o voto ao analfabeto, a proposta de reforma agrária (para além do negócio agrário), a reforma tributária progressiva e a democratização do ensino.

Em sua crítica ao principal dirigente da esquerda à época, Jorge Ferreira frizou:

Se ele (Brizola) era radical, sectário, intolerante, fazia pregações revolucionárias e defendia a ruptura institucional, era porque as esquerdas eram igualmente radicais, sectárias, intolerantes, pregavam a revolução e defendiam a ruptura institucional. Ambos falavam a mesma linguagem e tinham projetos em comum. Era essa a esquerda brasileira da época, que vivia uma experiência de radicalização crescente (2008, p. 356).

Vale lembrar que os discursos de Brizola não foram ofensivos aos propósitos da democracia, não se encontra a defesa de golpe de Estado em seus pronunciamentos e escritos. Esse político gaúcho se batia pelas reformas estruturais, respaldado em assembléia constituinte, ampliando a participação, com vistas a alargar a democracia excludente, na direção de um regime democrático autêntico de extração popular.

Além disso, torna-se importante observar que, como pontuou Moniz Bandeira, "Não foi Brizola que radicalizou a situação. Foi a situação que radicalizou Brizola" (1979, p. 87); haja vista que Brizola foi a liderança que levantou o Rio Grande do Sul em defesa da legalidade em 1961, sua administração no Estado sulino realizou reformas concretas em direção da proposta nacional-popular, dando passos para a reforma agrária e a encampação de empresas estrangeiras como a ITT (International Telephone & Telegraph); de modo que seu prestígio social se ampliou pelo Brasil.

Ferreira mencionou o menosprezo das esquerdas pela democracia-liberal, entretanto considerou:

isso não significa dizer que se tratava de uma 'esquerda golpista'. Tal interpretação foi formulada pelos que, de fato, golpearam as instituições. /.../ O argumento foi utilizado pelas direitas, sobretudo após o comício de 13 março, e reafirmado com o envio da Mensagem presidencial ao Congresso e a crise militar na Marinha. Mas não há prova documental que garanta que as esquerdas reunidas na FMP planejavam um golpe de Estado. Também não há prova sobre as acusações de que Jango pretendia liderar tal golpe. (2009, p. 117)

Torna-se importante ressaltar que para Ferreira não é que as esquerdas fossem golpistas, mas que a perda de apoio político e, por conseguinte, o fortalecimento dos conservadores ocorreu por que elas passaram a ofensiva contra a lei. Nesse passo, a proposta

de reformas à revelia do marco legal da constituição de 46 fez com que as esquerdas perdessem a adesão social.

Em síntese, a interpretação do politicismo institucionalista frisa a impertinência das consignas acerca das reformas estruturais com vistas a superar a democracia restrita e instaurar a democracia autêntica.

No diapasão intelectual em desacordo a essa posição, Caio N. Toledo ressaltou sobre a institucionalidade de 1946, que a “Democracia profundamente [era] limitada, pois [fora] incapaz de superar o clientelismo, o mandonismo, os currais eleitorais e o poder incontestável do latifúndio e dos coronéis” (2004a, p. 22). Sendo assim, a “democracia” da Constituinte de 1946 não possibilitava o direito político aos analfabetos, inviabilizava a reforma agrária e as reivindicações dos setores nacionalistas.

Golpismos em marcha?

O jornalista Elio Gaspari expressou a visão de que “Havia dois golpes em marcha. O de Jango viria amparado no dispositivo militar e nas bases sindicais, que cairiam sobre o congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e mudança das regras do jogo da sucessão presidencial” (2002, p. 51).

Eis, portanto, a equiparação entre as direitas e as esquerdas no pré-64. Contudo, é importante ressaltar que Gaspari não apresentou evidências sobre as tramas de Goulart, uma vez que o dispositivo militar se mostrou inexistente nos eventos de final de março e início de abril de 1964. Acerca dos sindicatos, vale lembrar que o CGT se posicionou contrariamente à proposta de Estado de Sítio aventada no segundo semestre de 1963, além disso, Jango não havia externado em discursos a intenção da disputa presidencial. Ao invés de provas para sustentar os seus pontos de vistas, o jornalista desenvolveu a sua narrativa por meio de elucubrações e reprodução argumentativa dos protagonistas do golpe de Estado.

Acerca da “mazorca amparada” nas Forças Armadas no período Jango, Gaspari reproduz o discurso do coronel ultradireitista Carlos Alberto Brilhante Ustra, na qual sargentos não cumpriam escalas de guarda e mantinham paióis particulares (2002, p. 91).

Após afirmar (sem comprovar) os dois golpismos, Gaspari parece sustentar um dos lados no processo ao escrever:

A revolta dos marinheiros, na semana anterior, e o discurso de Jango no Automóvel Clube, na véspera, desestabilizaram as Forças Armadas. A

organização militar, baseada em princípios simples, claros e antigos, estava em processo de dissolução. Haviam sido abaladas a disciplina e a hierarquia (2002, p. 91).

Eis a reprodução do posicionamento dos militares para justificar o golpe de Estado, de quebra da hierarquia. Diante da mobilização dos soldados de baixa patente, a hierarquia militar se levantou para impor a ordem nas Forças Armadas. Entretanto, o jornalista não interpretou a processualidade da quebra de hierarquia operada pelos militares de altas patentes em relação à Constituição e a presidência da República.

Marco Antonio Villa também advoga a tese dos golpes em marchas. No subtítulo de seu livro está “democracia golpeada à esquerda e à direita”, expressa-se a posição de que as esquerdas sempre tivessem ânsias golpistas na história do país. Em sua exposição cita que a “direita não conseguia conviver com uma democracia de massas” (2014, p. 9). Afirma que o golpismo das esquerdas vinha com os comunistas, Brizola e Goulart, embora sem recorrer a material empírico para sustentar as afirmações.

Villa reconhece o golpe de 1964 enquanto um contragolpe. O que estava em marcha seria um golpe de esquerda, ou de direita. Além disso, o autor ignora a fase inicial da ditadura. Segundo ele, “não é possível chamar de ditadura o período 1964-1968 (até o AI-5), com toda a movimentação político-cultural que havia no país” (2014, p. 11).

A despeito da bizarra posição de Villa, houve o golpe de Estado, a deposição de um presidente constitucional e a imposição de um presidente militar. Inúmeras pessoas foram cassadas. Nas Forças Armadas 421 oficiais foram punidos com a passagem compulsória para a reserva, outros 200 tirados da ativa. Entre 1964 e 1966 cerca de 2 mil funcionários públicos foram demitidos ou aposentados compulsoriamente. Dos 91 generais, 24 expurgados. No meio sindical, 7 em cada 10 confederação de trabalhadores e sindicatos com mais de 5 mil filiados tiveram suas diretorias depostas, expurgaram-se 10 mil pessoas. Mais de 300 pessoas morreram nos primeiros nove meses após o golpe por envolvimento político, sendo alguns nos espaços sob guarda do Estado. O militante comunista Gregório Bezerra foi amarrado a um veículo e arrastado pelas ruas do Recife, no Pernambuco, sendo depois espancado com uma barra de ferro por um oficial do Exército. Instituiu-se os Inquéritos Policiais-Militares (IPMs), que entre os anos 1964 a 1966, resultaram em processos para mais de 2 mil pessoas. Desse modo, há que se concordar com o título de um livro organizado pelo historiador Marco Silva, *1964: a ditadura já era ditadura*.

O revisionismo historiográfico de 64 e a decadência ideológica

Alguns intelectuais têm chamado à atenção da necessidade de se contrapor ao revisionismo historiográfico posto por autores recentes acerca do golpe de 1964 e a ditadura que se iniciou a partir daquele acontecimento. O professor Caio Navarro de Toledo (2004b) foi o primeiro intelectual a situar a produção recente sobre 64 enquanto expressão do revisionismo historiográfico. Em suas críticas, enfatizou que os revisionistas do golpe e da ditadura se expressam “sem o apoio de fontes documentais, apenas especulam e dão asas à imaginação. Interpretam as freqüentes bravatas, brandidas pelas lideranças de esquerdas, como inequívocas senhas anunciando o assalto final ao poder” (2004b, p.44). Ademais, “além de não comprovarem a tese do golpismo, imputam às esquerdas uma cultura política não-democrática pelo fato destas serem críticas da democracia liberal”. (2004b, p. 47). Acerca do resultado social das pesquisas revisionistas, o autor destacou:

A afirmação do golpismo das esquerdas tem efeitos ideológicos precisos; de imediato, ajuda a reforçar as versões difundidas pelos apoletas do golpe político-militar de 1964. Mais do que isso: contribui para legitimar a ação golpista vitoriosa ou, na melhor das hipóteses, atenua as responsabilidades dos militares e da direita civil pela supressão da democracia política em 1964. A direita golpista não pode senão aplaudir esta “revisão” historiográfica ... (TOLEDO, 2004b, p. 44-45)

O historiador Antonio Rago Filho ressaltou o fato de a produção revisionista alardear a necessidade de uma posição historiográfica não teleológica, mas que, em realidade, a historiografia revisionista “nasce ideologicamente comprometida com a teleologia dos vencedores” (2004, p. 140) ao impor a memória conservadora de “contragolpe”.

Marcos Napolitano recusou “o revisionismo historiográfico liberal” na medida em que o “saldo final parece ser o de condenar historicamente os derrotados de 1964 pelo seu radicalismo” (2011, p. 214), visto que esfumaçam pontos que ainda precisam ser estudados, como o voto do analfabeto e a questão agrária na agenda de reformas.

O filósofo Paulo Arantes (2010) criticou as lentes revisionistas no serviço de “encurtar a ditadura”, de considerá-la somente após o Ato Institucional N° 5, de 1968, a despeito do golpe de Estado de quatro anos antes. Demian Melo (2013) esforçou-se na empreitada de situar a temática do revisionismo sobre 64 no Brasil no conjunto da onda mundial, como os revisionismos da Revolução Francesa, do nazi-fascismo, do franquismo e do salazarismo. No tocante a historiografia brasileira a propósito de 64, Melo situa-a enquanto “uma tentativa de normalização da ditadura empresarial-militar”, daí a dedicação da historiografia revisionista em frisar “o ‘apoio’ da ‘sociedade’ ao golpe de direita e ao ‘autoritarismo’” (2013, p. 68).

Deve-se considerar o contexto histórico da própria emergência da historiografia revisionista sobre 64, o período após a desagregação dos regimes burocráticos do leste europeu e da URSS, que representaram uma contrarrevolução na subjetividade, por causa da divulgação daqueles regimes enquanto forma do socialismo. A derrocada dos regimes burocráticos provocou um refluxo nos movimentos por sistemas societários alternativos e de projetos; publicizou-se o “fim da história”, ou seja, que a forma sócio-política liberal-democrática e o capitalismo representariam o desfecho conclusivo da história da sociedade humana. A reflexão acerca do revisionismo historiográfico sobre 64 merece ser realizada considerando o processo de decadência ideológica, em suas especificidades, processada nas áreas das ciências humanas após a queda do muro de Berlim.

Presente nas reflexões de Karl Marx e Friedrich Engels, e recuperada por Georgy Lukács⁸, a noção de decadência ideológica expressa a apologia do compromisso entre parte da intelectualidade e o *status quo*, de modo que processa como sentinela da ordem social, para que ninguém retire conclusões que possam desacreditar o sistema.

No quadro de parte da historiografia brasileira de 64, a decadência ideológica se manifesta na medida em que essas produções consideram intransponíveis as instituições da “democracia” restrita de 1946 e o capitalismo dependente/subordinado. Ao mesmo tempo, promove-se a liquidação das tentativas de compreender a processualidade histórica e as lutas sociais no Brasil do pré-64 sem temor das contradições que pudessem ser esclarecidas. Sendo assim, o que se põe é uma pseudo-história, interpretada superficialmente, ausente de sustentação material, deformada em sentido subjetivista e comprometida com a teleologia dos vencedores.

Ao analisar a historiografia revisionista, pode-se averiguar a renúncia do pensamento social com preocupações em dar respostas na direção das mudanças sociais que ocorrem na produção e reprodução da vida social, a desconsideração das lutas por reformas estruturais e, por consequência, o não questionamento da “democracia” restrita de 1946 a 1964. A liberal-democracia é apresentada como desfecho conclusivo da história política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, P. “1964, o ano que não terminou”. In: TELLES, E.; SAFATLE, V. *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 205-236.

BANDEIRA, M. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

CAMPOS, R. *A lanterna na popa: memórias*. Rio de Janeiro: ed.Topbook, 1994.

⁸ Acerca da noção de decadência ideológica, conferir Lukács (1968, p. 52).

- CAMPOS, R. *Desenvolvimento econômico e mitos políticos*. Rio de Janeiro: Apec, 1965.
- CHASIN, J. “¿Hasta cuando?”. In: *A Miséria Brasileira*. São Paulo: Ad Hominem, 2001.
- COUTO, R. C. *Memória viva do regime militar*. Rio de Janeiro: ed. Record, 1999.
- D’ARAÚJO, M. C.; FARIAS, I. C.; HIPOLITO, L. *Na periferia da História*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.
- D’ARAÚJO, M. C.; CASTRO, C. (Orgs.). *Geisel*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.
- DENYS, O. *Ciclo Revolucionário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- DREIFUSS, R; *1964: A Conquista do Estado*, ed. Vozes, Petrópolis, 2ª ed., 1981.
- DULLES, J. F. *Castello Branco: o caminho para a presidência*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979.
- DUTRA, E. *Ibad: Sigla da corrupção*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.
- FERREIRA, J.; GOMES, A. C. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FERREIRA, J. “Esquerdas no panfleto. A crise política de 1964 no jornal da Frente de Mobilização Popular”. In: *Anos 90*. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UFRGS. Vol. 16, n. 29. Porto Alegre: PPGH, 2009, p. 81-124.
- FERREIRA, J. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo de experiência democrática*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FIGUEIREDO, A. C. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- GASPARI, E. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GÓES, W de & CAMARGO, A. *Meio século de combate: Diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- GORENDER, J. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1987.
- LACERDA, C. “Editorial”. *Tribuna de Imprensa*. Rio de Janeiro, 01 de junho de 1950.
- LACERDA, C. “Editorial”. *Tribuna de Imprensa*. Rio de Janeiro, 05 de outubro de 1955.
- LACERDA, C. *Depoimentos*. Rio de Janeiro: ed. Nova Fronteira, 1978.
- LUKÁCS, G. *El asalto a la razón*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1959.
- LUKÁCS, G. “Marx e o problema da decadência ideológica”. In: *Marxismo e teoria da literatura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 49-111.
- MARTINS, R. “Verdade exumada: pesquisas captam um amplo apoio popular a Jango às vésperas do golpe, revela o historiador Luiz Antonio Dias”. In: *Carta Capital*. São Paulo. 6 de novembro, 2013, p. 40-43.

MELLO, J. P. *A revolução e governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Gavira, 1979.

MELO, D. B. “O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão”. In: MELO, D. B. (Org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MELO, D. B. “Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas”. In: *Marx e o marxismo*. Revista do NIEP Marx – UFF. Vol. 1, nº 1, 2013, p. 49-74.

NETTO, J. P. *Ditadura e serviço social*. Uma análise do serviço Social no pós-64. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

PASSARINHO, J. *Um híbrido fértil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996. D’ARAÚJO, M. C., CASTRO, C., SOARES, G. A. D. *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

RAGO FILHO, A. “O ardid do politicismo: do bonapartismo à institucionalização da autocracia burguesa”. *Projeto História*. Tomo I, n. 29. Educ: São Paulo, 2004, p. 139-167.

RAGO FILHO, A. *A Ideologia 1964: Os Gestores do Capital Atrófico*. 1998. Tese (Doutorado em História). Programa de Estudos Pós-graduados da PUC/SP: São Paulo. 1998.

REIS, D. A. “Ditadura e sociedade”. REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. In: *O golpe e a ditadura: 40 anos depois*. Bauru-SP: Edusc, 2004, p. 29-52.

REIS, D. A. *Ditadura e democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIBEIRO, D. *Confissões*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ROUQUIÉ, A. *O Estado militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

SANTOS, W. G. *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Ed. UFMG; Luperj, 2003.

SANTOS, W. G. *Sessenta e quatro: anatomia de uma crise*. São Paulo: Vértice, 1986.

SOUZA, H. de. “Cidadania e liberdade”. In: RAPOSO, E. *1964: 30 anos depois*. Rio de Janeiro: Agir, 1994, p. 237-239.

STARLING, H M. M. *Os Senhores das Gerais*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986.

TOLEDO, C. N. de. “1964: o golpe contra as reformas e a democracia”. *Revista Brasileira de História*. Vol. 14, nº 47. São Paulo: Anpuh, 2004a. p. 13-28.

TOLEDO, C. N. de. “1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo”. *Crítica Marxista*. São Paulo: Boitempo, n. 19, 2004b, p. 27-48.

TOLEDO, C. N. de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 13ª. São Paulo: Brasiliense, 1993.

VILLA, M. A. *Ditadura à brasileira – 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita*. São Paulo: LeYa, 2014.